

Opinião

EDITORIAL

A vitória do neonacionalismo

A vitória da posição eurocética no referendo da última quinta-feira no Reino Unido é a confirmação de que cada vez mais se afirma o pensamento neonacionalista mundo afora. Ao contrário dos nacionalistas do passado, que com suas teses xenófobas e belicosas levaram a dois conflitos globais no século 20, esse comportamento – que já vem sendo estudado há alguns anos por economistas e cientistas sociais – é mais aberto e democrático e entende a necessidade de globalizar a economia. Mas não abre mão da soberania nacional em questões internas.

Uma análise geográfica dos votos britânicos já ilustra a tese. Na região de Londres e arredores, que recebeu nas últimas décadas o grosso dos investimentos diretos estrangeiros e que abriga milhões de trabalhadores de diversas etnias e culturas, o voto pela permanência no bloco venceu numa proporção de 60/40 aos “brexitistas”. Nas regiões periféricas e rurais, onde problemas como preços de ali-

VOTAÇÃO NO REINO UNIDO É PROVA QUE INTERESSES NACIONAIS AINDA VÃO PREVALECER

mentos e qualidade de serviços públicos impedem, deu-se o contrário. Os súditos da rainha não estão sozinhos nessa visão negativa do poder excessivo do parlamento europeu sobre assuntos que acreditam ser apenas internos, como a definição dos orçamentos nacionais. Já estão avançados os preparativos para uma eleição plebiscitária do mesmo tipo na

França – infelizmente ainda impregnada pelo nacionalismo da extrema direita – e a força demonstrada pelo partido italiano 5 Estrelas nas eleições municipais recentes levam a crer que o país vai trilhar caminho semelhante. A crise dos bancos de 2008/2009 e a consequente derrocada fiscal dos estados nos anos seguintes, somada à ineficácia das medidas adotadas por organismos como o BCE e o FMI, inflamou os ânimos da população do continente, que jogou na conta da comunidade toda a culpa de seus dissabores. Enquanto isso, o forte desemprego atçou o fogo dos discursos contra a imigração. Várias premissas da formação do bloco econômico precisam ser revistas para dar aos países algum tempo e espaço para resolver seus dilemas. Se o parlamento de Bruxelas não entender isso, a União Europeia está com os dias contados.

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliana@dci.com.br



PLANO DE VOO

Mais um fator de insegurança

O cenário internacional, que até pouco tempo era o lado bom da conjuntura em contraponto ao quadro interno no Brasil, começou a dar sinais conturbados após a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia. Os mercados, inclusive no Brasil, iniciam a semana sob efeito do “Brexit”. Na análise da GO Associados, a tendência é movimentos separatistas ganharem força em outros países, especialmente a França, onde forças de direita já reivindicam um referendo. “Os mercados mundiais ficarão atentos aos acontecimentos políticos que definirão os rumos do bloco e seus impactos sobre a economia local e global”, dizem os analistas.

Força do ‘Brexit’

Na avaliação dos economistas do Itaú Unibanco, no curto prazo, o principal impacto é a maior incerteza política na região, que deve levar a um crescimento menor. “A política monetária global deve ser mais expansionista. No longo prazo, a perspectiva para a economia global parece mais frágil. Caso ocorram novas rupturas, o risco pode se tornar sistêmico, com impactos relevantes para toda a economia global.” O efeito tende a transbordar para os emergentes, com preços de commodities em queda e as moedas da região em desvalorização, com efeito incerto sobre a inflação.

Tratando da água

A Nova Opersan, empresa especializada em soluções ambientais para águas e efluentes, consolida sua participação no mercado de centrais de tratamento offsite (CTO) nas modalidades físico-químico e termocompressão a vácuo. Com o início da operação em escala industrial de duas novas CTOs em janeiro, criadas a partir de joint venture com o Grupo Tangará, a empresa atingiu capacidade mensal de tratamento de 25 mil m³. “Só no Estado de São Paulo, nossa capacidade de tratamento de efluentes industriais chega a 20mil m³ ao mês”, diz o CEO José Fernando Rodrigues.

Aposta no bolso B e C

Embora com menos força, o setor de serviços continua gerando empregos e investindo. Com previsão de inauguração em outubro de 2017, a expansão do Shopping Metrô Itaquera, com 160 lojas satélites, sete âncoras, 17 operações de fast-food, três restaurantes e mais 1.500 vagas de estacionamento distribuídas em três pisos, vai gerar 1.000 empregos diretos na primeira fase das obras e outros 1.500 depois de pronto. O novo empreendimento, voltado para as camadas de renda B e C, resulta do sucesso comercial do centro de compras desde sua inauguração, em 2007.

Registro de imóveis confiável

O economista espanhol Benito Arruñada participa amanhã, em São Paulo, do sétimo Fórum de Integração Jurídica, que discute a “Desburocratização e o protagonismo dos registros públicos”. Arruñada, professor da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona) e da Universidade de Chicago, falará sobre “Análise econômica dos registros de imóveis no Brasil” e as características de um sistema de registro imobiliário ideal. Em tempos de desconfiança na economia, criar e desenvolver sistemas que estimulem esse ponto pode fazer a diferença para atrair negócios para o país.

ARTIGO

Metas realistas

Seria saudável mirar uma inflação mais alta em 2017 e deixar 4,5% para 2018

Na reunião que será realizada no dia 30 de junho, o Conselho Monetário Nacional irá decidir sobre se mantém a meta de inflação de 4,5% a.a.

para o ano de 2017 ou se revê a meta do próximo ano. Nas últimas semanas economistas das mais diversas matrizes teóricas têm vindo a público expressar opinião favorável à revisão da meta de 2017.

Isso porque a intensidade do choque de preços relativos ocorrida em 2015 (aumento dos preços das tarifas de energia, combustíveis e desvalorização cambial), somada com a forte inércia inflacionária decorrente da indexação de preços e salários, aumentou o custo da estratégia de desinflação.

Com efeito, apesar da forte elevação da taxa de juros realizada pelo Banco Central do Brasil ao longo do ano de 2015, a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Avançado (IPCA) nos últimos 12 meses ficou em 9,32% no final de maio do corrente ano. Uma queda de apenas 1,35 ponto percentual em relação à inflação de 10,67% acumulada ao longo do ano de 2015, num contexto em que o PIB real recuou 3,85% em 2015 e deve cair outra vez em cerca de 3,6% em 2016.

A batalha que o Banco Central trava atualmente contra os índices de inflação parece lembrar a “batalha de trincheiras” ocorrida na Europa Ocidental durante a primeira guerra mundial, onde para se avançar uns poucos metros em território inimigo se sacrificava uma geração inteira da “fina flor” da juventude europeia. Temos que ser realistas: o custo da estratégia desinflacionária ora em curso é extremamente elevado, podendo se tornar socialmente inaceitável.

Simplemente não é factível achar que a economia brasileira pode permanecer indefinidamente em recessão até que a inflação convirja

para a meta mágica de 4,5% a.a. Cedo ou tarde a queda do nível de atividade, o aumento do desemprego e a evaporação dos lucros corporativos irão se refletir sobre a solidez dos balanços dos bancos e instituições financeiras. Se e quando isso acontecer, o Brasil se verá as portas de uma crise financeira de caráter sistêmico com o agravante de não possuir o “espaço fiscal” necessário para fazer o *baile out* das instituições bancárias que se mostrarem grandes demais para quebrar. Ai será o fim da economia brasileira tal como conhecemos atualmente.

Para evitar o pior é necessária uma mudança imediata no curso da política monetária. O Banco Central precisa iniciar o mais rapidamente possível um ciclo de redução da taxa de juros, de forma a levá-la para um nível compatível com o crescimento da economia brasileira ao ritmo permitido pelo produto potencial, algo como 2,5% a.a. nas condições atuais.

Para tanto é necessário que o CMN abra espaço para a redução da taxa de juros. Na ata da última reunião do Copom distribuída na semana passada, o Banco Central comunica que a inflação deverá convergir para 4,5% a.a. ao final de 2017 se a taxa de câmbio permanecer inalterada em R\$ 3,60 e a taxa Selic em 14,25% por um período suficientemente longo de tempo.

O problema é que não só uma taxa de câmbio em R\$ 3,60 não parece ser um valor muito competitivo para a indústria, como ainda 14,25% ao ano é um valor muito alto para a taxa de juros. Nesse contexto, o CMN faria muito bem em adotar uma meta de inflação um pouco mais alta para o ano de 2017, de forma a dar ao Banco Central espaço necessário para a redução da taxa Selic. A meta de 4,5% ao ano ficaria para 2018.

jose.oreiro@ie.ufrj.br

DCI

Panorama
Diário
Comercial e
Publicidade
Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

FSC
MISTO
Papel
FSC® C113259

IVC

ASSOCIADO A
ANJ

CENP

CONSELHO EDITORIAL - Alaíde Quercia, Duílio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dci.com.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dci.com.br;

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dci.com.br;

EDITORA-FECHAMENTO: Liliana Lavoratti - liliana@dci.com.br;

EDITORES: Anna Lúcia França, Claudia Bozzo, Fernanda Bompan, Paula Cristina Silva, René Gardim, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller;

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERAÓ PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL -

DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dci.com.br; GERENTES: São

Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dci.com.br - Nacional - Sandro Bertoloti - sandrob@dci.com.br - Publicidade

Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dci.com.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dci.com.br/ comercial.legal@dci.com.br

Departamento de assinaturas -

ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):

Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, email: atendimento@dci.com.br;

Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dci.com.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, email: redacao@dci.com.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7º e 8º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo